



Via Direta

Boletim informativo da
Seção Judiciária do Acre.

Ano IV Nº 16.

7 de junho de 2006.

Instituído pela Portaria/DIREF 091/2003.

Colabore com informações e notícias,
através de informativo@ac.trf1.gov.br



Ministros Ellen Gracie e Ilmar Galvão visitaram a JF

A Ministra Ellen Gracie, Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e o Ministro aposentado do STF Ilmar Nascimento Galvão, visitaram a Seção Judiciária do Acre nesta segunda-feira (05/06).

Os Ministros, acompanhados do Presidente do Tribunal de Justiça do Acre, Samuel Evangelista, foram recepcionados pelo Juiz Federal Jair Araújo Facundes, Diretor do Foro, Juiz Federal Cleberson José Rocha, vice-diretor do Foro, Juiz Federal David Wilson de Abreu Pardo, Juiz Federal Pedro Francisco da Silva e o Juiz Federal Substituto Alysson Maia Fontenele.

A ministra conheceu as instalações da Seccional e conversou com os Juizes Federais sobre as necessidades e as peculiaridades da Justiça Federal no Acre, iniciando assim uma série de visitas para conhecer a estrutura da Justiça e de órgãos auxiliares nos Estados.

Diretoria do Foro em pauta

Segundo nomeação do TRF 1ª Região, o Juiz Federal Jair Facundes assumiu a diretoria do Foro definitivamente até 2007, há duas semanas. O Via Direta conversou com o novo Diretor. Confira a entrevista:

Como o senhor avalia a atuação da Justiça Federal no Acre nesses 38 anos de história?

Temos uma boa história para contar! E isto é bom. Não é possível se compreender a história recente do Acre sem referência ao papel e decisões da Justiça Federal. E posso citar vários exemplos sem receio. O combate ao crime organizado, que trouxe maior tranquilidade ao próprio contexto institucional do Acre; o fato singular de termos no Acre a única decisão judicial de que temos conhecimento em que nos é permitido caminhar sobre ela, que é o Parque da Maternidade, que tanto impacto trouxe em termos de cidadania, opção de lazer e entretenimento, paisagístico e cultural; a Estação de Tratamento de água, também fruto de decisão da Justiça Federal, que possibilitará em breve maior oferta de água potável. Isso sem falar da implementação dos Juizados Especiais Federais que trouxe um novo paradigma de prestação jurisdicional, possibilitando que inúmeros benefícios assistenciais e previdenciários fossem concedidos, inclusive a pessoas e em lugares que o INSS, sozinho, não alcançaria. O Juizado trouxe também uma contribuição incisiva para maior circulação de recursos federais no Estado do Acre: só em 2004 os Juizados Especiais Federais possibilitaram que mais de R\$ 13 milhões de reais fossem injetados na economia estadual. Para além dos recursos e de seu impacto no mercado local, os Juizados dizem respeito à cidadania, garantia de respeito mínimo e sobrevivência a pessoas que estavam além da miséria. Além destas decisões e ações de vulto, que engrandecem nosso presente, é preciso enfatizar que a Justiça Federal é responsável pela correta aplicação da lei no âmbito administrativo, civil e penal: as inúmeras ações que garantem direito de propriedade, conformam a ação do administrador público federal, que garantem o direito do contribuinte e do próprio fisco, que asseguram o processo penal com um mínimo de contraditório e ampla defesa de modo que nenhum réu esteja preso com abuso de poder ou ilegalidade, entre outros, são signos de nossa ação diária, que se mostra compensadora quando não temos, por exemplo, notícia de réu preso com excesso de prazo ou sem culpa definida em regular processo. Esta é nossa função institucional. Não queremos mais. E não aceitaremos menos.

Quais são as metas da nova administração com sua permanência até maio de 2007 e o que muda em relação à administração do Dr. David Wilson?

Inicialmente lamento que David não tenha continuado com sua administração e, em princípio, nada será alterado. Ele implementou algumas mudanças, trouxe algumas inovações (por exemplo, o via direta, realização de exposições) e demonstrou ter um plano de atividades para sua administração. Ainda há alterações por acontecer fruto das ações de David e que serão implementadas. De minha parte recebo uma Seccional que, na minha visão, é uma referência de serviço público, e digo isto a partir de comentários positivos oriundos das partes e advogados que comprovam a presteza, o bom atendimento e agilidade de nossos serviços. Sob outro ângulo, temos um quadro funcional de ótima qualidade, com constante atualização e aperfeiçoamento, funcionários que se sentem prestigiados por uma Administração que além de oferecer ambiente de trabalho funcional e moderno, oferta também cobertura médica e odontológica, padrão salarial razoável para o funcionalismo público nacional e uma carreira estimulante.

A estrutura e a condução administrativa exigem atenção. Na sua opinião, quais as principais dificuldades enfrentadas nesse âmbito?

Temos as Varas bem equipadas com computadores, material de consumo, móveis, serviços de telefonia etc. Estas condições materiais nos dão tranquilidade e indicam que a Secretaria Administrativa, que só aparece quando não funciona bem, está de parabéns: na realidade só percebemos a função e importância do setor meio (administrativo) da Justiça Federal quando falta tonner nas impressoras, papel, água, material de consumo, computadores, atraso na folha etc. Quando tudo funciona bem acabamos por ignorar o serviço essencial de nossos colegas na SECAD (compras, folha, pagamento, licitação, informática etc). Evidente que temos problemas e buscaremos identificar o que é de nosso domínio e o que depende do TRF 1 ou de outros fatores, para, a partir daí, buscarmos resolver. Na realidade ainda estou me inteirando da Administração, de seus problemas para só então elaborar um plano de ação. De qualquer forma toma vulto a carência de servidores, que repercute de imediato na qualidade de nossos serviços e que

Prezados colegas de Justiça Federal, é com muito prazer que, pelo Via Direta, agradeço a todos os juízes, servidores, terceirizados e estagiários, pelo apoio e compreensão prestados durante o período em que estive exercendo o cargo de Diretor do Foro. Desejo ao novo diretor sucesso em sua administração, consciente de que todos nós, servidores, prestadores de serviço e órgãos da Justiça Federal somos responsáveis, em conjunto, pela constante busca por uma prestação jurisdicional cada vez mais eficaz, cidadã e humana.

David Wilson de Abreu Pardo

tem acarretado sobrecarga nos servidores atuais.

A portaria que o nomeou para a Diretoria do Foro também nomeou o Dr. Cleberson Rocha para ser Vice-Diretor, essa nomeação interfere em algo? que figura é essa, a de Vice-Diretor do Foro?

O Vice-Diretor do foro emprestará mais agilidade e eficiência, e já surge com atraso. Nas hipóteses corriqueiras e habituais de impedimento, suspensão, ausência, férias do Juiz Federal Diretor tínhamos, até então, de oficiar ao TRF-1ª Região para nomeação de um substituto, atrasando atos administrativos de importância, e ensejando, não raro, a prática de atos por Juiz Federal sem a devida nomeação, embora depois houvesse convalidação. Uma medida simples mas que desburocratizará o fluxo de serviço, prestigiando o princípio da continuidade do serviço público.

Se as coisas são inatingíveis... ora! / não é motivo para não querê-las.
Que tristes os caminhos, se não fora / a mágica presença das estrelas!
Das Utopias, Mário Quintana